



GT 066. Visualidades Indígenas

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF) -
Coordenador/a, Edgar Teodoro da Cunha (UNESP)
- Coordenador/a

O GT visa reunir pesquisas recentes que analisem as produções audiovisuais feitas por povos indígenas ou sobre eles. O escopo das investigações a serem apresentadas deve agregar reflexões sobre as concepções de imagem do ponto de vista das cosmologias de distintos povos indígenas, mas também reflexões sobre a apropriação das técnicas de produção de imagens, análises de processos de socialização da linguagem do cinema e do vídeo por meio de oficinas e seus paradoxos e experiências correlatas. O objetivo das sessões será analisar as novas visualidades que se colocam para dentro e para fora dos grupos indígenas, o protagonismo dos jovens indígenas na produção de discursos audiovisuais a partir das lógicas culturais; relações entre imagem e xamanismo; circulação de pontos de vista indígena e sua recepção acadêmica, apropriação do audiovisual em processos de transmissão de conhecimento, seus limites e possibilidades. Os temas gerais que serão acolhidos no GT tratam de comunicação intercultural, relações entre imagem e política, questões de autoria, tecnologias nativas do tornar visível, jovens indígenas e apropriação das técnicas do vídeo, transmissão oral e o audiovisual.

Representando minha cultura ? o rap kaiowá como modo de produzir diferenças e relações ? Reserva Indígena de Dourados / MS

Autoria: Rodrigo Amaro de Carvalho

O presente work visa apresentar parte dos dados da minha tese, que teve por objeto de pesquisa os grupos de rap indígena da reserva de Dourados/MS, quais sejam, Bro MCs e Jovens Conscientes. Assim, a comunicação têm por base os dados da minha pesquisa de campo, efetivada entre os anos de 2013 a 2015. Em uma perspectiva comparada, pretendo mostrar como os jovens cantores de rap explicam a realidade atual da reserva de Dourados em suas letras, lançando mão de conhecimentos adquiridos do jargão dos professores indígenas (e dos ambientalistas), mas também do universo hip hop. Nessa empreitada, esboçaremos nossas impressões sobre os motivos da adesão dos Kaiowá e Guarani ao mundo do hip hop. Em linhas gerais, nossas respostas se dividirão, por ora, em duas partes, isto é, interpretamos o rap indígena como uma estratégia de visibilidade, como um desejo de marcar uma diferença frente aos não-indígenas pela construção de uma dupla autenticidade (indígena e periférica), ressaltando a permanência da cultura frente aos desafios impostos pelo mundo dos brancos e também como um modo de produzir relações com parcelidade do mundo não-indígena. Em suma, pretendemos apresentar como o movimento de captura do rap, ferramenta externa à cultura Kaiowá, responde a um desejo de produção de visibilidade dos jovens indígenas, claramente expresso pela recorrência de uma série de categorias ora expressas em língua nativa, ora em português. A problematização dos dados nos colocou em relação com vários temas, mas, sobretudo, nos possibilitou abordar como estes indígenas pensam questões concernentes às continuidades e transformações da sua cultura com os regimes de alteridade mobilizados pelos jovens indígenas envolvidos com o hip hop. A identidade produzida pelo rap é construída pela captura de um ponto de vista externo. Isto é, até mesmo o movimento de estabilização produzido pela produção da indianidade obedece a um movimento voltado para o exterior do sócio, de modo que este movimento venha a sanar o desejo de produzir relações com o mundo dos brancos e a necessidade de adquirir práticas e bens materiais alheios a seu mundo.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**